

Eixo Temático: Inovação e Sustentabilidade

UM PLANETA SUBORDINADO À LÓGICA DO CAPITAL

THE EARTH SUBMISSIVE TO THE LOGIC OF CAPITAL

Samara Simon Christmann, Adriano Severo Figueiró e Romildo Ricardo Ramlow

RESUMO

As ideias construtivas antropocêntricas, e de um modelo de desenvolvimento da modernidade, que se seguiram ao longo da história levaram o homem a perder a sensibilidade com as demais condições de vidas existentes, além de querer dominá-las. Pensando nisso, este trabalho visa despertar a consciência de que são necessárias mudanças no sistema atual de desenvolvimento, que têm falhado com a garantia de recursos para as futuras gerações. Com uma estrutura de exposição e reflexões de bases bibliográficas, busca-se explorar e investigar os fatos de uma crise civilizatória e ambiental que provém de uma “herança” da modernidade, e que apontam para o reconhecimento de mudanças necessárias em direção à sustentabilidade. Para isso, haverá de se romper a cortina de fumaça que impede a compreensão do desequilíbrio socioambiental atual do planeta e também do pensamento econômico capitalista que se apropria da relação ecológica, que pode ser vencida com uma educação ambiental eficiente.

Palavras-chave: recursos naturais, modernidade, sociedade de risco, sustentabilidade, educação ambiental.

ABSTRACT

The constructive anthropocentric ideas and a model of the development of modernity that followed throughout history led man to lose his sensitivity to the other conditions of existing lives, and to want to dominate them. With this in mind, this work aims to raise awareness that changes in the current development system are needed, which have failed to guarantee resources for future generations. With a structure of exposition and reflections of bibliographical bases, it is sought to explore and investigate the facts of a civilizational and environmental crisis that comes from a "heritage" of modernity, and which point to the recognition of the necessary changes toward sustainability. To do this, the smoke screen will break the understanding of the current socioenvironmental imbalance of the planet and also of capitalist economic thinking that appropriates the ecological relation, which can be overcome with an efficient environmental education.

Keywords: natural resources, modernity, society of risk, sustainability, environmental education.

1 INTRODUÇÃO

Nossa condição de existência é muito rara, praticamente um milagre. Por isso, as formas de vida humanas, demais seres e o ambiente necessitam ser valorizados, tanto quando se pensa no presente, e também para garantir o meio de existência para as seguintes gerações.

Porém, as ideias construtivas antropocêntricas que se seguiram ao longo da história levou o homem a perder a sensibilidade com as condições de vidas existentes, além de querer dominá-las. Neste sentido, é preocupante a situação de que o ser humano perdeu a capacidade de se organizar e se importar com os recursos e as formas de existência alheias, e perceber em como tudo isso se desenvolve de forma sistêmica e impacta diretamente ou indiretamente em nossa vida.

Essa situação provém de um modelo de desenvolvimento da modernidade (fixada por Villaverde (2006) com início na publicação de “Discurso do Método” de Descartes, em 1637), sendo baseado na superioridade do homem sobre a natureza, em que não há equilíbrio entre eles, e, portanto, resulta em atividades insustentáveis. As forças dali provenientes são de ordem centrífuga, ao se pensar em expansão de território e buscar novas fronteiras. Assim, cresceram as ideias de desenvolvimento, cujo interesse era da humanidade transcender tudo o que os envolvia, pois só desta maneira as civilizações (em seus variados aspectos) poderiam avançar.

E é desta forma que a modernidade conquista e alcança a sociedade. Caracterizada por muita audácia, em que se busca um mundo aberto, em expansão, ela é voltada para a produção e o consumo de bens e serviços; para a ciência e tecnologia; informação e controle de conhecimento; além de gerar um aumento da alienação, de conflitos e incertezas quanto ao futuro.

Portanto, por meio de uma análise e discussão crítica com base no conteúdo e referências bibliográficas ministradas na disciplina de “Educação Ambiental e Sustentabilidade” (2016/01) do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria, este artigo visa despertar a consciência de que são necessárias mudanças no sistema atual de desenvolvimento, que têm falhado com a garantia de recursos para as futuras gerações.

2 METODOLOGIA

Este artigo se caracteriza como teórico em uma estrutura com reflexões de bases bibliográficas, que busca explorar e investigar os fatos de uma crise civilizatória e ambiental que provém de uma “herança” da modernidade, e que apontam para o reconhecimento de mudanças necessárias em direção à sustentabilidade. Dentre os autores que dão suporte ao estudo encontram-se: Phillippe Pomier Layrargues (1998); e Ulrich Beck (2002); Maria Novo Villaverde (2006); e José Manuel Naredo (2010).

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto da Modernidade tem um ponto de saturação. É a partir da metade do séc. XX que se manifesta a falta de compreensão e o esgotamento entre a relação sociedade e natureza. Em que se nota que não há controle e limites sobre o uso dos recursos naturais, que são manipulados pela crescente ganância e pressão do mercado consumista, que traz graves consequências e ameaça às espécies, inclusive a humana.

Desta forma, ao longo deste trabalho se compreenderá que a modernidade foi perdendo o controle sobre o uso dos recursos naturais, ao acompanhar os princípios

mecanicistas, o que leva a situação atual: a ciência tenta resolver e equilibrar os problemas gerados a partir daquela época, e que continuam a se propagar.

Um ponto a destacar para isso, é que o termo produção, que remete aos processos de bens ou serviços que tem a finalidade de satisfazer as necessidades do ser humano, continua sendo utilizado para encobrir as extrações de recursos e da emissão de resíduos, ou seja, constitui-se de um duplo dano ambiental.

Para os economistas clássicos, o capital (a riqueza) estava associado à relação entre os recursos da terra e o trabalho. Mas em seguida, com a influência da economia neoclássica ocorreu a monetarização do processo produtivo, que impôs implicitamente que o capital seria mais importante que os recursos naturais e o trabalho (NAREDO, 2010). Sendo que o dinheiro é assim comum a todas as economias, essa concepção trouxe uma maior importância para a ação e o crescimento dos bancos. Assim, enfatiza-se que o pensamento moderno alavancou a ideia de que o “capital gera capital”. Um exemplo bem claro dessa fase é a grande atuação e especulação sobre os investimentos imobiliários.

Por isso, apresentam-se alguns princípios que o sistema econômico neoclássico não pode abandonar, pois ele necessita da filosofia da produção e do consumo. Ele depende: de combustíveis fósseis; de crescimento constante; do modo de ciclo aberto; e do motor do sistema, que é o processo de consumo.

A natureza está sendo ameaçada há muito tempo por esses processos produtivos e de consumo desenfreados. Por isso, evidencia-se a pegada ecológica, que é uma metodologia que permite avaliar a demanda humana por recursos naturais ao levar em conta os recursos materiais e energéticos que seriam necessários para a sustentação da população atual. No entanto, ela se rompeu a partir do ano de 1990, indicando que para atender o consumo humano, seria necessário mais de um planeta.

Além disso, salienta-se o Protocolo de Kyoto, firmado em 1997, em que se observa o não cumprimento dos acordos estabelecidos entre os países para a redução de emissão mundial de gases-estufa. Contudo, sabe-se que a emissão dos poluentes é cada vez mais crescente. Logo, o acordo não teve eficiência, e embora tenha auxiliado no aumento de aplicação de tecnologias renováveis e na redução do desmatamento, os avanços foram mínimos, e assim, os danos se apresentam (e apresentarão) sobre a nossa biodiversidade (TUFFANI, 2015).

Também é importante debater sobre o Dia de Sobrecarga da Terra (Overshoot Day, em inglês), que demarca uma data do ano em que a extração de recursos naturais vai além do que a Terra pode regenerar durante esse ano. Cada vez, o dia está surgindo mais cedo, de 1º de outubro em 2000 a 13 de agosto em 2015. Em 2016, esta data já estava reduzida para 08 de agosto (Earth Overshoot Day, 2016). Os dados e o cálculo que são realizados pela Global Footprint Network (GFN), apontam que

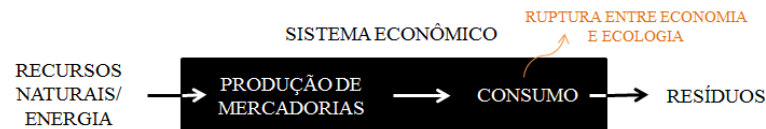
a quantidade de emissão de CO² compõe mais da metade da demanda sobre a natureza. Os custos deste excesso ecológico estão se tornando cada dia mais evidente com o desmatamento, a seca, a escassez de água doce, a erosão do solo, a perda de biodiversidade e o acúmulo de dióxido de carbono na atmosfera. Este último é uma preocupação constante por conta das mudanças climáticas. Consequentemente, os governos têm como prioridade tomar medidas para definir como melhorar o desempenho econômico de longo prazo de sua nação sem deixar de pensar em ações para melhorar a relação do homem com a natureza (WWF, 2015).

Essa aceleração da extração de recursos traz incertezas, com possibilidades de ameaças à vida. É assim que se percebe que o nosso modelo de sobrevivência não é nada sustentável, e que precisamos abandonar esse sistema capitalista. Acrescenta-se que a

sociedade necessitará buscar um modelo pós-capitalista, ou o modelo nos levará ao colapso ambiental.

Desta forma, pode-se representar em um esquema por meio da Figura 1, que esse processo da extração de recursos para a produção e consumo de mercadorias, exaltado pelo sistema econômico, causa uma ruptura entre o equilíbrio ecológico em relação com a economia, ao gerar impactos em todos os níveis, e uma grande quantidade de resíduos.

Figura 1. Processo de ruptura entre ecologia e economia.



Fonte: Autores, 2016.

Com tudo isso se questiona: como o ser humano pode permanecer ético diante dos sistemas e dos processos capitalistas que os envolvem? Eis uma questão preocupante. E ainda mais, será que poderemos encontrar um caminho para a humanidade se desenvolver sustentavelmente no meio de tudo isso? Pois o capitalismo só pensa em reproduzir dinheiro, e as preocupações sociais, culturais e ambientais ficam às margens.

Toda esta instabilidade econômica influencia diretamente no meio ambiente. E é aqui o ponto fundamental para a inserção da Educação Ambiental. Isto tudo está extremamente ligado, e não é possível discutir a sustentabilidade sem essa associação.

Isto posto, destaca-se o livro intitulado “La Sociedad del Riesgo Global”, de Ulrich Beck (2002). Nele, o autor ressalta que a globalização, individualização, revolução de gêneros, subemprego e os riscos globais corromperam a modernidade e sustentam a crise ecológica e os mercados financeiros.

A proposta de Beck permite verificar como os conflitos e os riscos refletem as incertezas com as quais a sociedade se encontra; preparar a conscientização da impossibilidade de se controlar tudo; e também proporcionar uma reflexão sobre o que se almeja para o nosso futuro.

Sendo assim, para Beck (2002) o risco é um enfoque moderno da previsão e controle das consequências futuras da ação humana, das diversas consequências não desejadas da modernização radicalizada. Além disso, ele está relacionado com o processo administrativo, técnico de decisão, e político.

Por conseguinte, o conceito de sociedade de risco se relaciona diretamente com o de globalização, pois os riscos são democráticos e afetam nações e classes sociais sem respeitar fronteiras de nenhum tipo (BECK, 2002).

Na “sociedade de risco mundial”, o mundo compartilha das mesmas mudanças básicas (não apenas o ocidente): há uma pluralização de modernidades, sob diferentes percepções culturais. E, tem-se os aspectos positivos (democracia, multiculturalismo, tolerância) e os negativos (crise do Estado, flexibilização do trabalho, desemprego, terrorismo) (BECK, 2002).

Logo, associado ao desenvolvimento da ciência e da técnica, entre esses riscos há: os ecológicos, genéticos, químicos, nucleares, industriais, econômicos, jurídicos, científicos e políticos. Em vista disso, este conjunto de riscos geraria uma nova forma de capitalismo, de economia, de ordem global, de sociedade e de vida pessoal (BECK, 2002).

O autor enfatiza que os riscos ecológicos, políticos e individuais escapam cada vez mais do controle, e que os riscos se converteram em uma das principais forças de mobilização

política, substituindo as referências de desigualdades de classes, raça e gênero. Por isso, vivemos em época de risco que é global e individualista (que busca apenas a auto realização).

Neste aspecto, releva-se que o quadro da sociedade de risco reconecta as áreas que haviam sido discretas, como: o problema da natureza; a democratização da democracia; e o papel do futuro do estado. Deste modo, questiona-se: como poderemos manejar a natureza depois do seu fim? Beck (2002) afirma que a conversão dos efeitos colaterais invisíveis da produção industrial em conflitos ecológicos não é um problema do mundo que nos rodeia, se não antes, uma profunda crise institucional da primeira fase (nacional) da modernização reflexiva.

Essa modernização reflexiva se constitui em uma auto confrontação com os “efeitos colaterais latentes” da sociedade de risco. E, tais efeitos não podem ser mensurados nem assimilados pelas instituições sociais, pois, há uma crise no “consenso” do progresso e na “abstração dos efeitos indesejáveis”. Portanto, é através da abstração (negação) da sociedade do risco que esta surge e se realiza. Reflexividade é, portanto, a transição reflexiva da sociedade industrial à sociedade de risco (BECK, 2002).

Assim sendo, as ameaças globais estabelecem os conflitos de mal (destruição ecológica e perigos técnico-industriais motivados pela riqueza); e riscos relacionados com a pobreza (existe estreita relação entre pobreza e destruição ambiental, a desigualdade é o principal problema ambiental e de desenvolvimento) (BECK, 2002, p. 54).

Socializa-se outra obra, intitulada “Raíces económicas del deterioro ecológico y social”, de José Manuel Naredo. No contexto geral, o autor pretende abordar o problema ambiental como oriundo das condições econômico-financeiras, e seu conflito com a natureza. Assim, Naredo (2010) expõem o distanciamento do enfoque de uma “economia de la naturaleza”, que mantinha uma relação de mutualismo entre os seres, para a atual ciência econômica, que visa o capital.

Também, desenvolve uma crítica ao processo de produção/consumo/desenvolvimento a que estamos submetidos. Em um trecho do livro, ressaltou que somente em países subdesenvolvidos o aumento da produção pode ser um assunto importante. Pois, nos países mais desenvolvidos o necessário do ponto de vista econômico é uma melhor distribuição dos recursos (NAREDO, 2010).

Tendo-se essa consciência, comenta-se que a expansão do capital, que se acelerou nos anos seguintes à Segunda Guerra Mundial, colocou os Estados Unidos como hegemonia, por meio do Plano Marshall, ao incentivar a reconstrução dos países aliados da Europa. Assim, este crescimento do capital começa a se manifestar na década de 60.

E é nesta época que a bióloga Rachel Carson (1969) lança seu livro “Primavera Silenciosa”, considerado uma obra histórica em defesa do meio ambiente, por ser a primeira a denunciar os impactos ambientais ocasionados pelo uso desenfreado da indústria química aplicada na agricultura. Este feito alavancou várias discussões ambientais e movimentos ambientalistas pelo mundo. Salienta-se o ano de 1968, em que ocorreram diversos movimentos ambientais, estudantis, culturais, entre outros, como os Atos de Paris.

Neste mesmo ano se firma o Clube de Roma, que tinha como objetivo analisar o uso excessivo dos recursos naturais em escala mundial. Porém, o grupo ficou conhecido em 1972, quando um dos pesquisadores, Dennis L. Meadows publica a obra “Limites do crescimento” que debate princípios para nortear o uso dos recursos naturais. Este foi o ponto de partida para se divulgar e publicar mais sobre o assunto, com o objetivo de sensibilizar as lideranças mundiais.

Assim, os discursos continuaram com a realização da Conferência de Estocolmo (Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, 1972), que permitiu introduzir o conceito de Ecodesenvolvimento. O termo traduz a ideia de que o desenvolvimento ficaria condicionado pela ecologia, e também seria o

desenvolvimento endógeno e dependente de suas próprias forças, tendo por objetivo responder à problemática da harmonização dos objetivos sociais e econômicos do desenvolvimento com uma gestão ecologicamente prudente dos recursos e do meio (RAYMUNT; ZANONI, 1993, p. 7).

Neste sentido, o conceito tem como base cinco dimensões: a sustentabilidade social, econômica, ecológica, espacial e cultural. Portanto está ligado a temas como: a justiça social; o teto de consumo; o perigo da tecnologia ilimitada; na prioridade do uso de tecnologias endógenas; e à imposição de limites sobre a livre atuação do mercado.

Aqui se nota que o Ecodesenvolvimento visa atender às necessidades sociais mais abrangentes, ao levar em conta a garantia da existência das futuras gerações, da melhoria da qualidade de vida para a sociedade, e a preservação ambiental. Porém, este conceito não é aceito pelo capitalismo, que tenta sempre derrubá-lo, visto que propõem a valoração dos benefícios econômicos sobre os recursos do meio ambiente.

Então, para realizar um balanço da Conferência de Estocolmo, a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento elaborou o Relatório de Brundtland (Nosso Futuro Comum, publicado em 1987). Neste, se concebe o conceito de Desenvolvimento Sustentável, como aquele que satisfaça as necessidades da população presente, sem comprometer as futuras.

Porém, o termo evidencia o desenvolvimento em primeiro plano, sendo que alguns autores já expuseram que ele chega a ser sem sentido. Afinal, quais são as necessidades de desenvolvimento de cada grupo social? Cada um possui necessidades diferentes. Logo, ele se direciona a um vazio. No entanto, não ofende o sistema econômico.

Assim, com base no Relatório de Brundtland, realizou-se uma segunda Conferência, mais conhecida como ECO-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Como os demais eventos, ratificou-se a incompatibilidade entre os padrões de consumo e o desenvolvimento sustentável, e os problemas ambientais mundiais gerados pela relação entre o homem e a natureza.

A ECO-92 abordou a convenção de mudanças climáticas, da supressão de florestas, da biodiversidade, redução de desperdícios, transportes alternativos, bem como outros temas ligados à questão ambiental. Contudo, os instrumentos falharam, mas o principal documento produzido na Conferência, o Agenda 21, pode funcionar melhor nas escalas locais. Ele viabiliza um padrão de desenvolvimento sustentável racional, e engloba métodos para a eficiência econômica, justiça social e a conservação dos recursos naturais.

Neste sentido, apresenta-se a Lei nº 9.795/99, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. No seu Art. 1º, a lei define a Educação ambiental como

os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL, 1999).

Reconhece-se que ela tem um papel fundamental para o processo educativo. Porém, o seu conceito se assemelha ao do desenvolvimento sustentável, ou seja, é dotado de um vazio de concepção. Além disso, ela não está cumprindo o seu papel, que, aliás, é muito complexo, e não depende somente dos recursos financeiros para subsidiá-la.

Nossa Educação Ambiental se embasa muito na gestão de resíduos, mas até que ponto isso nos conduzirá? Não são apresentadas medidas para se encontrar novos caminhos, e sim, para se reutilizar ou destinar outro fim aos resíduos que já possuímos. Contudo, importam as

nossas escolhas e a forma como os métodos são aplicados, do que propriamente o tema, ou seja, aquilo que é realizado.

Destaca-se também a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, a Rio+20, que foi realizada no Rio de Janeiro em 2012, 20 anos após a Rio-92. O evento contribuiu para renovar o compromisso político com o desenvolvimento sustentável para as próximas décadas, e os principais temas abordados foram a economia verde e a estrutura institucional para o desenvolvimento sustentável. Assim, cita-se a visão do “Futuro que queremos”, debatida na Rio+20:

Reconhecemos que a erradicação da pobreza, a mudança dos modos de consumo e produção não viáveis para modos sustentáveis, bem como a proteção e gestão dos recursos naturais, que estruturam o desenvolvimento econômico e social, são objetivos fundamentais e requisitos essenciais para o desenvolvimento sustentável. Reafirmamos também que, para a realização do desenvolvimento sustentável, é necessário: promover o crescimento econômico sustentável, equitativo e inclusivo; criar maiores oportunidades para todos; reduzir as desigualdades; melhorar as condições básicas de vida; promover o desenvolvimento social equitativo para todos; e promover a gestão integrada e sustentável dos recursos naturais e dos ecossistemas, o que contribui notadamente com o desenvolvimento social e humano, sem negligenciar a proteção, a regeneração, a reconstituição e a resiliência dos ecossistemas diante dos desafios, sejam eles novos ou já existentes (RIO+20, 2012, p.13).

Todavia, para os críticos, esse futuro não é bem o que queremos. Pois, nesse contexto, o pensamento capitalista predomina e se apropria de toda a relação ecológica, que ocasiona à humanidade uma crise de percepção, ou seja, uma alienação e uma distorção da realidade.

Desta forma, mencionam-se alguns dos mecanismos psicológicos dessa alienação:

→ Aversão à perda: o medo de perder ou abrir mão de algo para obter renda em longo prazo, que é incerto. Outra ideia é de que as inovações tecnológicas nos permitem pensar que podemos manter o mesmo padrão de consumo que temos hoje, porém com menor custo ambiental ao planeta.

→ Habituação: é a diminuição da resposta aos estímulos repetidos, porém, sem consequência imediata. Como exemplo, cita-se a situação de uso de alarmes de desastres ambientais.

→ Dissociação: seria não estabelecer coerência entre as nossas diversas escolhas, entre as causas e efeitos, e como tudo pode estar relacionado.

→ Autoengano: é uma forma de distorção entre os processos e as proporções, como uma maior valorização a locais que necessitam de menos enfoque. Neste sentido, cita-se que cerca de 70% da água consumida é destinada para a irrigação, e em muitas ocasiões, solicita-se à população reduzir o consumo residencial de água.

Como já se discutiu anteriormente, estamos subordinados ao sistema capitalista. E a economia verde, tão divulgada, nada mais é do que a imposição de que necessitamos consumir os produtos ecológicos, cujo interesse é basicamente impulsionar e direcionar mais o consumo para esse sistema. Por isso, necessita-se recuperar a percepção e sentido de uma cidadania global.

Conforme Layrargues (1998), a sociedade está de certa forma com uma cortina de fumaça que a impede de ver o desequilíbrio socioambiental do planeta. E, a educação ambiental crítica e emancipatória também enfrenta a barreira imposta pelos meios de controle e formação de opinião pública, em que a aceitação por parte da sociedade do fim dos recursos se dá principalmente por esta subordinação desenvolvida pelo sistema.

Ao discutir a questão do ambientalismo empresarial como transição ou apropriação ideológica, Layrargues (1998) aponta para a “cortina de fumaça”, que se coloca por trás do

discurso de transição ideológica de empresários que assumem responsabilidades para com a melhoria da qualidade ambiental, quando na realidade se utilizam da apropriação ideológica do discurso de outrem, para manipular e controlar a opinião pública.

De acordo com Layrargues (1998), são inúmeras as evidências de que nos deparamos com um processo de apropriação ideológica. Empresas que por décadas esgotaram os recursos naturais de todas as formas, extraindo, poluindo, são hoje as que mais se intitulam ecologicamente corretas. Para ele,

Sugere-se, de acordo com inúmeros autores, inclusive aqueles que se intitulam empresários verdes, que, no final das contas, trata-se apenas da racionalidade econômica operando, envolta sob uma nova aparência. Vislumbram-se, hoje, simplesmente, oportunidades de negócio diante desta nova variável do mercado – a ecologia (LAYRAGUES, 1998, p. 57).

Desta forma, seria a consciência econômica que teria levado o empresariado a criar o ambientalismo empresarial como uma vertente do movimento ecológico ao adjetivar-se de verde, e, não uma consciência ecológica.

Nesta perspectiva, Carvalho (2002), destaca uma enigmática e forte tendência política e econômica de tornar a Educação Ambiental uma “Educação para o Desenvolvimento Sustentável”. Principalmente defendida pela UNESCO a partir de 1994, esqueceu-se do forte conceito de crítica e luta a favor do ambiental e contra o capital e tornou-se uma maneira de desenvolvimento econômico com um viés ambiental. Segundo a autora, o contexto sociocultural dos anos 90 em que se tenta impor o conceito de Desenvolvimento Sustentável como uma nova fase da educação é muito diverso daquele que originou o atributo “ambiental”.

Para Carvalho (2002) o próprio conceito de desenvolvimento sustentável é exemplo de uma proposta diplomática e conciliatória de conferências e acordos internacionais, que busca conciliar sustentabilidade ambiental e crescimento econômico sem romper com o ideal de desenvolvimento. Na verdade, isto fortalece o modelo de desenvolvimento, visto que o moderniza e tenta atenuar sua face predatória, “ambientalizando-o” e assim o tornando mais aceitável.

A autora faz um alerta para esta adoção de uma educação para o desenvolvimento sustentável, que pode colocar em risco a identidade e o simbolismo que sustentam a utopia ambiental de uma luta contra hegemônica e emancipatória, de tradição crítica ao modelo dominante, para figurar diante deste conceito instável, que joga a favor da modernização e re-legitimação do desenvolvimento no modelo dominante (CARVALHO, 2002).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planeta e seus recursos há muito tempo têm sido ameaçado pelos processos de produção/consumo/desenvolvimento desenfreados. As incertezas só aumentam, e nesta perspectiva se percebeu que o sistema capitalista e nosso modelo de sobrevivência não é nada sustentável.

Enfim, enfatiza-se que o meio ambiente em que vivemos, composto de recursos naturais que são apropriados e (re)produzidos (também geram resíduos) não é mais valorizado, o que nos leva a uma sociedade de risco. Então, torna-se necessário reestabelecermos aquela conexão e o equilíbrio entre o homem e a natureza, que não prejudique os demais seres, e que seja fisicamente sustentável.

O que se espera, e que não pode tardar, é que chegue um momento da história do desenvolvimento em que a sociedade esteja mais propensa a compreender que necessitamos de mudanças no sistema atual. Para isso, haverá de se romper a cortina de fumaça que impede

a compreensão do desequilíbrio socioambiental atual do planeta e também do pensamento econômico capitalista que se apropria da relação ecológica, que pode ser vencida com uma educação ambiental eficiente.

Com tudo isso salientado, reforça-se a necessidade de cortar os vínculos com os ideais de desenvolvimento da modernidade, e ir ao encontro não com uma educação ambiental que vem sendo criada pelo sistema, que mascara a situação ambiental/social/econômica, e de certa forma, impõem mais intenções consumistas à população, mas sim, de uma educação ambiental crítica e eficiente que nos possa garantir a vida e o equilíbrio entre o homem e a natureza.

Assim, torna-se necessário resgatar esse equilíbrio, ao reconhecer: a natureza como finita; o valor da biodiversidade; o valor da diversidade cultural; a capacidade de carga dos sistemas; o valor dos sentimentos e emoções; dos saberes cotidianos; a precaução com ensaios tecnológicos; o valor do pequeno e descentralizado; e do comunitário (VILLAVERDE, 2006).

AGRADECIMENTOS

A autora agradece a CAPES pela concessão de bolsa em nível de mestrado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECK, Ulrich. **La Sociedad del Riesgo Global**. Madrid: Siglo Veintiuno, 2002.

BRASIL. **Lei nº9.795** de 27 de abril de 1999.

CARSON, Rachel. **Primavera Silenciosa**. 2. ed. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1969.

CARVALHO, I. C. M. O 'ambiental' como valor substantivo: uma reflexão sobre a identidade da educação ambiental. In: Sauv e, L. Orellana, I. Sato, M. **Textos escolhidos em Educa o Ambiental: de uma América   outra**. Montreal: Publications ERE-UQAM, 2002, Tomo I, p. 85-90.

Earth Overshoot Day. 2016. Disponível em: < <http://www.overshootday.org/> >. Acesso em 02 jul. 2016.

LAYRARGUES, Phillipe P. **A Cortina de Fumaça. O discursos empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica**. São Paulo: Annablume, 1998.

NAREDO, José M. **Raíces econ micas del deterioro ecológico y social**. Madrid: Siglo XXI, 2010.

RAYNAUT, Claude; ZANONI, Magda. **La Construction del'interdisciplinarit  en Formation int gr e de l'environnement et duD veloppement**. Paris:Unesco (Document pr par  pour Ia Réunion surles Modalit s de travail de CHAIRES UNESCO DU.D VELOPPEMENTDURABLE. Curitiba, 1 - 4 juill t, 1993).

RIO+20. **Declara o final da Conferência Das Na es Unidas Sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20)**: o futuro que queremos. Rio de Janeiro: Rio+20, 2012. Disponível em < <http://www.mma.gov.br/port/conama/processos/61AA3835/O-Futuro-que-queremos1.pdf> >. Acesso em: 04 jun. 2016.

TUFFANI, Maurício. Dez anos depois, Protocolo de Kyoto falhou em reduzir emissões mundiais. **Folha de S. Paulo**, 16 fev. 2015. Disponível em: <
<http://www1.folha.uol.com.br/ambiente/2015/02/1590476-dez-anos-depois-protocolo-de-kyoto-falhou-em-reduzir-emissoes-mundiais.shtml>>. Acesso em 02 jul. 2016.

VILLAVERDE, Maria Novo. **El Desarrollo Sostenible: su dimensión ambiental y educativa**. Madrid: McGraw Hill, 2007.

WWF. Este ano, a data chegou mais cedo. 2015. Disponível em: <
http://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/overshootday/>. Acesso em 02 jul. 2016.